

Expansão e evolução do escopo temático das negociações coletivas de trabalho na indústria do Rio Grande do Sul

Bolsista BIC/UFRGS: Matheus Torma da Silveira

Orientador: Carlos Henrique Vasconcellos Horn

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Introdução

A negociação coletiva de trabalho é um processo através do qual as partes interessadas em regular as relações que podem afetar um determinado grupo de trabalhadores decidem conciliar seus interesses, vindo esse processo a culminar na elaboração de um acordo. No Brasil, devido à iniciativa dos sindicatos de trabalhadores em pressionar os empregadores a negociar coletivamente normas sobre relações de trabalho a partir da segunda metade da década de 1970, as negociações coletivas de trabalho tomaram maior importância para a regulação das relações entre os agentes no mercado de trabalho (empresas, sindicatos e trabalhadores), sendo isso verificado pela ampla expansão do seu escopo temático.

Objetivo

O objetivo do trabalho é verificar se a expansão do escopo temático desses acordos, verificada entre 1978 e 1995 por Horn (2004), continua ocorrendo nos acordos elaborados desde 1996, por meio da análise da evolução do escopo temático das negociações coletivas de trabalho de quatro unidades de negociação da indústria de transformação do Rio Grande do Sul (relativas ao trabalho dos metalúrgicos em Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo), que são parte de um painel de 17 unidades de negociação sul-riograndenses que compõem a pesquisa, no período de 1996 a 2009.

Metodologia

A metodologia do trabalho, desenvolvida em Horn (2004), se baseia na reordenação do conteúdo das cláusulas dos acordos originais, de modo a individualizar as regras segundo seu tópico temático específico, tornando possível fazer uma análise comparativa desse conteúdo ao longo do tempo e entre diferentes unidades de negociação.

Resultados

Entre 1995 e 2009, houve aumento no número de cláusulas dos acordos estabelecidos pelas quatro unidades de negociação analisadas, o que indica um fortalecimento ainda maior do papel desempenhado pelas negociações coletivas de trabalho, recentemente tratando sobre ainda mais temas do que no período anterior a 1995. Outros resultados estão descritos nas tabelas ao lado.

Estadísticas sobre o número de cláusulas

Ano	Nº de acordos	Nº de cláusulas			Variação anual no nº de cláusulas (DN)		
		Média	Intervalo		Média	Intervalo	
			Mín	Máx		Mín	Máx
1996	4	82,3	76	93	2,3	-5	9
1997	3	81,3	77	88	-0,9	-5	-1
1998*	1	95,0	95	95	13,7	7	7
1999	3	82,7	71	97	-12,3	-6	2
2000	3	81,7	71	96	-1,0	-2	0
2001	4	80,8	71	95	-0,9	-5	7
2002	4	79,5	73	94	-1,3	-6	2
2003	4	82,3	73	96	2,8	0	6
2004	4	79,3	69	95	-3,0	-7	-1
2005	4	81,3	70	96	2,0	0	4
2006	4	83,3	73	96	2,0	0	7
2007	4	86,3	79	97	3,0	1	8
2008	4	89,3	84	99	3,0	-1	6
2009	4	90,5	84	99	1,3	0	4
Média	3,6	83,4	76,1	95,4	0,8	-2,1	4,3

*: No ano de 1998, apenas uma das unidades de negociação (Metalúrgicos/Porto Alegre) chegou a um acordo coletivo.

Número médio e percentagem de cláusulas por temas

Temas	1995		2009	
	N	(%)	N	(%)
Normas substantivas	66,0	82,5	69,8	77,1
Remuneração	27,5	34,4	26,5	29,3
Duração do trabalho	7,0	8,8	10,5	11,6
Férias e licenças remuneradas	7,8	9,7	8,3	9,1
Recrutamento e contrato de trabalho	5,8	7,2	7,5	8,3
Segurança no emprego e rescisão do contrato de trabalho	10,3	12,8	8,5	9,4
Treinamento	0,8	0,9	0,8	0,8
Condições de trabalho	7,0	8,8	7,8	8,6
Normas de procedimento	14,0	17,5	20,8	22,9
Relações sindicais	5,8	7,2	8,3	9,1
Procedimentos de negociação e de resolução de conflitos	3,3	4,1	4,8	5,2
Normas complementares sobre o instrumento coletivo	1,5	1,9	4,0	4,4
Sanções	1,5	1,9	2,0	2,2
Entidades sindicais de empregadores	2,0	2,5	1,8	1,9
Total	80,0	100,0	90,5	100,0

Número de cláusulas por acordo e média de cláusulas anual

